|  |  |
| --- | --- |
| IMG_256 | **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO****COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – CEE**  |

**CONTRIBUIÇÕES SOBRE ESTUDO DE CASO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL ESCOLAR – PDIE PARA PROFESSORES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE[[1]](#footnote-1)**

Ednea Rodrigues - CEE

Eurides Bomfim - CEE

Nayana Pedrosa - CEE

1. **Introdução**

A propositiva deste artigo é colaborar na elaboração do **Estudo de Caso**, documento que descreve as características mais importantes, emergidas dos instrumentos utilizados no período de coleta de informações para estruturar o Plano de Desenvolvimento Individual Escolar dos estudantes com deficiência e Transtorno do Espectro Autista - TEA, matriculados na Rede Municipal de Ensino do Jaboatão dos Guararapes, especificamente no Atendimento Educacional Especializado - AEE.

O Estudo de Caso trata-se de um instrumento que possibilita sintetizar e analisar, de forma minuciosa, a singularidade de uma pessoa, de um grupo e do seu contexto, a partir das referências obtidas nas entrevistas, nas observações e nos questionários, utilizados pelo responsável durante o período de obtenção das informações.

Destaca-se que a exigência de elaboração do Estudo de Caso surgiu no momento da Formação Continuada, em 2018, após a Coordenação de Educação Especial realizar uma parceria com a Consultoria Acreditar, promovendo uma proposta de formação para os docentes do AEE, com o seguinte delineamento: um encontro com todos os professores para esclarecimentos sobre a construção do Plano de Desenvolvimento Individual Escolar – PDIE; e em seguida, três encontros divididos por Regionais, para atendimentos individualizados com os docentes.

 Após a conclusão das formações com a Consultoria, verificou-se a necessidade de outras formações com o mesmo conteúdo para contemplar os novos professores que foram lotados para as Salas de Recursos Multifuncionais - SRM no Município, no início de 2019. Assim, as Coordenadoras Educacionais do Núcleo de Educação Especial, com experiência na execução e vivências práticas pedagógicas no AEE, assumiram a elaboração e a realização de três encontros para efetivar as discussões sobre a construção do PDIE.

 Dessa relação dialógica com os professores, dos fundamentos legais que abordam o Atendimento Educacional Especializado e das observações nos acompanhamentos pedagógicos, surgiu a ideia de orientar de forma mais objetiva as etapas para a construção do Estudo de Caso, tomando como referência os pressupostos epistemológicos realizados nas pesquisas de natureza qualitativa em Educação.

Salienta-se que este preâmbulo também é uma forma de esclarecer a equipe escolar sobre a importância da participação efetiva na interação das informações que são gerenciadas no cotidiano das relações entre as pessoas, nas unidades de ensino e no interior da sala de aula.

Dessa forma, entende-se que o material apresentado servirá como instrumento norteador para a efetivação do planejamento que consolida o direito do estudante com deficiência e TEA ao serviço especializado, através da materialização do Plano de Desenvolvimento Individual Escolar - PDIE.

Acredita-se, também, que através dessa construção coletiva e, ao mesmo tempo, individual do Estudo de Caso, estar-se-á mais próximo dos princípios da gestão democrática e do projeto político pedagógico que abrange a modalidade da Educação Especial e intersetorializa as ações no Município em um grande projeto**: Unir para Incluir.**

1. **Estudo de Caso: conhecendo o estudante e suas especificidades**

Considerando a diversidade do universo escolar, desde a multiplicidade de informações, infraestrutura, território e os perfis dos sujeitos matriculados no AEE, o Estudo de Caso vem delinear o conjunto de informações precípuas para realizar as possíveis intervenções pedagógicas no serviço especializado e sua articulação com o professor do ensino regular, através do acompanhamento das ações apresentadas no PDIE de cada estudante com deficiência e TEA.

É importante esclarecer que o Estudo de Caso não é um relato, nem análise de caso. Trata-se de um delineamento de pesquisa, enfatizando as particularidades e a complexidade de uma situação apresentada, seja a partir de uma história de vida ou da história de um grupo.

Conforme Yin (2010, p. 32): “[...] a força exclusiva do Estudo de Caso é sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações [...]”.

Para isso, o professor do AEE assume o protagonismo da ação, organizando em tempo hábil os instrumentos para obter todas as informações que são trazidas pela família, pelos professores, desde o período da efetivação de matrícula escolar, até a chegada do estudante ao atendimento especializado. Assim, manter as informações atualizadas também é uma estratégia para fomentar o Estudo de Caso e, até mesmo, redirecioná-lo.

 Dessa forma, após obter as informações, será necessário filtrá-las, analisando cada dado, a fim de passar para a próxima fase da elaboração do caso, tomando como referência um roteiro dos itens mais importantes para elaborar o conteúdo que constituirá o Estudo de Caso de cada estudante.

 Nessa perspectiva, sugere-se que sejam adotadas as etapas discutidas no período da formação continuada, que consistem em**: obter informações referentes aos estudantes; informações coletadas do/sobre os estudantes; informações coletadas da/sobre a unidade educacional; informações coletadas da/sobre a família.**

 Em que se deve atentar em relação às informações referentes aos estudantes? Contextualizar de forma simples e objetiva quem é o estudante e de que forma chegou à unidade de ensino. Em seguida, pontuar informações sobre o estudante**,** os dados mais relevantes como: nome completo, pais, data e local de nascimento; se tem irmão, se é filho único; vida escolar: tempo na escola, notas, novato, veterano; se apresenta algum histórico de doenças graves e qual CID (período em que foi diagnosticado). O que o professor pensa ou diz sobre ele. De que gosta?

Em relação às informações coletadas da/sobre a unidade educacional, entende-se que se deve observar: a escola possui no Projeto Político Pedagógico - PPP ações voltadas para o estudante com deficiência/TEA? Realiza formação em serviço e discute a temática com a equipe escolar? Destina verbas para tornar a escola acessível? Coloca princípios da educação inclusiva como eixo estruturante para a aprendizagem de todos? Que perfil a escola demonstra na comunidade?

Por fim, obter informações coletadas da/sobre a família. Trabalho focado para descortinar o *iceberg* da vida mais íntima e das particularidades do sujeito no âmbito social e familiar. Que laços foram rompidos e ou construídos durante a infância, adolescência e vida adulta? Quem são seus pares? Que perspectivas têm seus familiares? Como compreendem sua forma de ser no mundo? E o que esperam da escola?

Após todas as inferências desenhadas nas questões supostamente desenvolvidas, passa-se a estruturar que necessidades/objetivos serão construídos a partir de todas as análises trazidas e que circularam durante o processo de investigação pedagógica sobre o estudante.

Dessa forma, recorreu-se a Albuquerque (2019), que, fundamentada em Romeu Sassaki, afirma sobre a importância de organizar as estratégias de intervenção conforme as necessidades dos estudantes e de acordo com as dimensões da acessibilidade, tais como: arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal. A autora, além de pontuar, esclarece que através dessas dimensões é possível melhorar a organização do ensino e da aprendizagem para os estudantes com deficiência e TEA no ambiente educacional. Salienta-se que, antes de se tecerem os comentários sobre as seis formas de acessibilidade, faz-se necessário conhecer a conceituação de acessibilidade para um direcionamento efetivo das ações no âmbito escolar.

Portanto, a Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, conhecida como a Lei da Acessibilidade, em seu Capítulo I, das Disposições Gerais, Art. 2º, conceitua-se a acessibilidade como:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2000, p. 1).

Assim, diante do conceito exposto anteriormente, entende-se que discutir acessibilidade ainda exigirá das políticas públicas novas alternativas para contemplar as necessidades mais elementares das pessoas humanas, através do conceito de desenho universal. Ou seja, é integrar as ações cotidianas dos sujeitos, assegurando o seu direito de ir e vir em qualquer lugar e que possibilite passeios, moradias, transporte, edificações, serviços inclusivos.

 Entende-se, também, que sistematizar o Estudo de Caso, buscando contemplar todas as formas de acessibilidade, trilha-se um caminho mais humanizado e menos excludente. Ao se pensar no lugar em que a escola foi construída, de que infraestrutura ela dispõe, o caminho utilizado para chegar até ela, se é tortuoso e/ou prazeroso, a circulação na sala de aula e o local que o estudante ocupa são formas de observar a acessibilidade arquitetônica.

 E quando se busca o Braille, a Libras, as pranchas alternativas, os softwares, se está utilizando acessibilidade comunicacional. Ao se optar pela mediação da aprendizagem, seja à luz de uma vivência mais interativa, participativa, refletiva, clínica e/ou inatista, se está definindo uma acessibilidade metodológica.

Pode-se considerar que a acessibilidade instrumental está voltada para a seleção, a disposição e o uso de materiais concretos, adaptadores de lápis, organização do estojo, objetos calmantes, plano inclinado, protetores e acesso aos recursos.

Em relação à acessibilidade programática, ela está atrelada ao planejamento do professor do AEE, que será realizado com os estudantes e demais sujeitos, considerando: projetos e programas a serem implementados, portarias e normas da escola, as adaptações curriculares necessárias ao ensino e à aprendizagem.

Por fim, a acessibilidade atitudinal, fundante na relação da prática pedagógica inclusiva para a quebra das barreiras evidenciadas no âmbito escolar e na sociedade, isto é, a discriminação, o preconceito e as representações que impedem a inclusão do sujeito com e sem deficiência.

Na assertiva de Ribeiro e Gomes (2017), as barreiras se manifestam por meio do pseudotratamento igualitário em sala de aula, no qual são desconsideradas as especificidades educacionais dos discentes com deficiência, negando-lhes a adequação de metodologia e recursos didáticos.

 Neste momento, são imprescindíveis as oportunidades de escuta e observação no contexto da sala de aula dos quais os estudantes desfrutam, atentando para os potenciais e as dificuldades. Identificar a situação problema e prever condições de superação são formas para efetivar a complementação e/ou suplementação da aprendizagem do estudante. Assim, o diálogo entre acessibilidade e Estudo de Caso deve caminhar na perspectiva da elaboração do PDIE. Atentar para as informações **referentes aos estudantes, do/sobre os estudantes,** **da/sobre a unidade educacional e da/sobre a família** são propositivas na estruturação do roteiro para a construção do Estudo de Caso.

1. **Considerações Finais**

Dentre as atribuições do professor do AEE, a elaboração do PDIE para o estudante com deficiência e TEA é algo basilar. Exigência colocada em vários documentos que tratam sobre a Política da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008) e os marcos legais. Destaca-se, entre eles, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI (2015), que trata sobre o planejamento de Estudo de Caso e a elaboração do Plano de Atendimento Educacional Especializado.

 Neste Município, tem-se, hoje, um universo de (146) cento e quarenta e seis escolas, (37) trinta e sete Salas de Recursos Multifuncionais - SRM, distribuídas em (7) sete Regionais: Jaboatão/Centro, Cavaleiro, Curado, Muribeca, Prazeres, Praias e Guararapes. O desafio é investir na melhoria da infraestrutura, na formação dos professores, na integração com as famílias e na aprendizagem dos alunos no ensino regular e no atendimento educacional especializado.

Por isso, acredita-se estar saindo de uma fronteira de uma representação que concebia a SRM apenas como um espaço para depositar resíduos e de que a elaboração do Estudo de Caso/PDIE seria apenas uma ação burocrática.

Dessa forma, ainda ter-se-á a construção de uma próxima fase dos trabalhos docentes e pedagógicos, que culminará com o PDIE, documento que deve ser mais voltado para o perfil dos estudantes, de modo a garantir a identidade do fazer inclusivo, mediante uma concepção de escola mais democrática, acessível e humana.

**Referências**

ALBUQUERQUE, A.C.P. F. **Dimensões da acessibilidade:** estratégias para a inclusão escolar de pessoas com o transtorno do espectro autista. Texto digitalizado. 2019.

BRASIL. Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Inclusão.In: **Marcos político-legais da educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Ministério da Educação. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

\_\_\_\_\_. [**Lei Nº 13.146**, de 6/6/2015](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2013.146-2015?OpenDocument)**.**Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em:<<http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em: 21-maio-2019.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 10.098**, de 19/12/2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.

Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 21-maio-2019.

RIBEIRO, D.M.;GOMES,A. M*.* Barreiras atitudinais sob a ótica de estudantes com deficiência no ensino superior. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 13, n. 24, p. 13-31, jan./abr. 2017.

YIN, R. K. **Estudo de Caso:** planejamento e métodos. 4ª ed. Porto Alegre: Bookman,2010.

1. Texto exclusivo para o segundo módulo da formação continuada dos professores novatos, que atuam no Atendimento Educacional Especializado/Sala de Recursos Multifuncionais da Rede Pública Municipal de Ensino, a realizar-se em 31 de maio de 2019, na Uninassau ­­­- Piedade. [↑](#footnote-ref-1)